

Observatório da Justiça monitoriza novos códigos

O Ministério da Justiça (MJ) assinou ontem um contrato com o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para a monitorização dos novos Códigos Penal e de Processo Penal.

«A monitorização destes novos códigos insere-se numa linha de orientação do MJ, que efectua sistematicamente o acompanhamento de outros diplomas relevantes e inovadores após a sua entrada em vigor», segundo o gabinete do ministro Alberto Costa.

O Observatório Permanente da Justiça Portuguesa é «uma entidade de reconhecida qualidade científica que se dedica, de modo independente, à investigação sócio-jurídica sobre o sistema judicial e à aplicação do Direito na sociedade portuguesa, tendo reconhecida experiência na avaliação de reformas legislativas», justifica o MJ.

Com o contrato, o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa apresentará relatórios periódicos ao Governo sobre a aplicação dos novos Códigos Penal e de Processo Penal.

No âmbito da reforma penal, os novos Códigos entraram em

vigor a 15 de Setembro passado, com alguma polémica, nomeadamente a propósito das alterações sobre escutas, prisão preventiva e segredo de Justiça.

O Governo considera que o novo Código de Processo Penal prevê o aprofundamento das garantias processuais, maior protecção da vítima, simplificação de actos e aperfeiçoamento dos regimes do segredo de Justiça, das escutas telefónicas e da prisão preventiva, mas alguns magistrados do Ministério Público, nomeadamente, receiam que o novo diploma dificulte o combate e o controlo da criminalidade.

Quanto ao novo Código Penal, o MJ destaca que o diploma reforça a protecção de menores em relação aos crimes sexuais, sendo outro aspecto considerado importante e inovador a responsabilização penal de pessoas colectivas face a um vasto conjunto de crimes.

O Observatório Permanente da Justiça Portuguesa foi criado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 1996, através de um contrato celebrado com o Ministério da Justiça. ●